



ASSUNTOS MILITARES

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

POR QUÊ A AMÉRICA LATINA É VITAL PARA OS ESTADOS UNIDOS

Por HERBERT L. MATTHEWS

A América Latina não só guarda nossas vias militares de acesso, mas também constitui nossa área mais importante para comércio e investimento. Um observador acha, porém, que não devemos tê-la como certa.

Quando o Secretário de Estado Frank B. Kellog formulou suas instruções à delegação americana à VI Conferência Internacional de Estados Americanos em Havana, Cuba, em janeiro de 1923, começou com uma sentença que, então, era verdadeira:

"É um princípio estabelecido de nossa política internacional, o de que entre as relações estrangeiras dos Estados Unidos, quando se trata de categorias, a política pan-americana toma o primeiro lugar em nossa diplomacia."

Sobreveio a II Guerra Mundial e os tempos mudaram. A América Latina passou a ocupar o assento traseiro. A Europa, a Ásia e o Oriente Médio passaram para o dianteiro. A guerra fria foi uma luta do Leste contra o Oeste. Os Estados Unidos passaram o isolacionismo para trás; sua defesa foi global e não hemisférica e o mesmo se verificou quanto às suas responsabilidades.

Nos fins da década de 30 e princípios da de 40, as coisas foram diferentes. Primeiramente, os preparativos para a grande guerra que

todos estavam vendo que vinha e depois a própria guerra — com a compreensão de que a América Latina devia representar nela um papel vital, senão passivo em grande parte — que manteve aquela região na vanguarda da política exterior americana.

Quando terminou a guerra e os países latino-americanos se viram empurrados para o último plano — os preços de suas matérias-primas não mais eram apoiados, as coisas que compraram de nós subiram brutalmente de preço, o Plano Marshall dedicado exclusivamente à Europa, a atenção americana concentrada na arremetida do comunismo da Rússia para a Europa, China e Ásia — sentiram-se ofendidos.

A queixa de que estavam sendo negligenciados fêz-se ouvir amarga e persistentemente através de toda a região, durante o regime democrático do Presidente Truman e — a despeito das promessas feitas durante a campanha, de que seria pôsto um termo à negligência — mais ruidosamente ainda na Administração Republicana do Presidente Eisenhower.

Os sentimentos até então abafados explodiram com tremendo fragor quando o Vice-Presidente Nixon fêz a sua já famosa viagem à América do Sul, em abril e maio de 1958. Virtualmente, todos os que estudam os assuntos latino-americanos foram acordes, então, em que Mister Nixon tirou de sua experiência a conclusão acertada: que a hostilidade não era dirigida a êle, pessoalmente, mas às diretrizes dos Estados Unidos com relação à região, especialmente as diretrizes econômicas e o favoritismo em benefício dos ditadores latino-americanos.

Em Washington começou imediatamente uma "reavaliação desesperada" daquelas diretrizes, porque compreendeu-se que, quer a América Latina assuma ou não o primeiro lugar, ela ainda é de importância suprema para nós. A guerra fria não pode ser ganha na América Latina, mas pode ser perdida ali. Se se admitir que esta luta é uma defesa dos países livres e não empenhados na mesma, bem como das instituições que tornam a vida merecedora de ser vivida, então êsses princípios devem ser defendidos à entrada de nossa porta e no nosso hemisfério.

É isso que Mister Nixon deve ter tido em mente numa recomendação que tem sido repetida tantas vezes, que certamente se classificará como pronunciamento histórico. Os Estados Unidos, disse êle, não devem ter senão um apêto de mão fria, embora correto, para os ditadores, e um abraço afetuoso para os líderes democráticos.

O conceito de Nixon é baseado no reconhecimento do fato de que, sem um espírito de cooperação, respeito mútuo e amizade, a América Latina — ou alguns países nessa região — poderia retirar-se no sentido de neutralismo ou de uma ianquifobia mais grave. Uma atitude negativa dêsse tipo é tanto de recear, quanto de desejar uma atitude positiva e favorável. Em um ou outro caso, deve-se começar pela premissa de que a América Latina é de enorme — e talvez vital, mesmo — importância para a nossa existência como nação livre e próspera.

A América Latina, por sua vez, é uma área em processo de crescimento fenomenal. Ela possui o mais elevado coeficiente de aumento de população em todo o mundo, que medeia entre 2.25 e 2.5, anualmente. No momento, os Estados Unidos possuem uma população de aproximadamente 175.000.000. Os vinte países latino-americanos somam cerca de 185.000.000. Calcula-se que, por volta do ano de 2.000, a América Latina tenha uma população de 593.000.000 e os Estados Unidos apenas a metade desse total.

A área latina está evoluindo rapidamente de uma economia agrária e mineira subdesenvolvida, para uma revolução industrial. A mais forte característica dos negócios latino-americanos é hoje a sua revolução social, à qual, nos últimos anos, está ligada a onda da maré da democracia que tem varrido a maioria dos ditadores da região. É evidente que essa área politicamente instável, vive num fermento social e é emocionalmente sensível. Ou por outras palavras, é potencialmente um campo fértil para o comunismo.

Muito embora não exista em qualquer país latino-americano qualquer ameaça de tomada do poder pelos comunistas e a União Soviética somente agora esteja começando a mostrar interesse nos setores do comércio e da política de força, a ameaça a longo prazo é formidável e inevitável. Em vários países (a Bolívia, onde uma revolta da ala direita foi esmagada, constitui um exemplo claro) uma queda até o caos econômico e político poderia ser rápida. Uma reação militar-oligárquica da direita não seria mais sustentável nas nações que têm apeado seus ditadores. Uma reação da extrema esquerda — o que em nossos dias significa comunismo — ou de uma combinação de elementos militares com comunistas é mais provável. Ao considerar esta possibilidade, o governo de Washington, tal como qualquer governo, deve dar a maior prioridade à legítima defesa. A política dos Estados Unidos, no tocante ao Hemisfério, desde a era da Guerra da Independência e da Doutrina de Monroe, tem sido baseada na segurança continental.

Sem bases nas ilhas das Caraíbas e sem o Canal de Panamá, os Estados Unidos estariam abertos à invasão. Se se pudesse conceber bases de mísseis inimigos no México ou América Central, o perigo seria óbvio. Se subtraíssemos os votos das vinte nações latino-americanas ao nosso lado, na Assembléia Geral das Nações Unidas, onde estaríamos nós? O bloco afro-árabe-asiático ostenta de trinta a quarenta votos, em alguns casos. Adicionemos o bloco soviético, de dez votos, e verificaríamos uma maioria de oitenta e dois membros.

Em tudo e por tudo, cumpre dizer: "Se não tivéssemos a América Latina de nosso lado, nossa situação seria desesperada".

Negar aos Estados Unidos os produtos e os mercados da América Latina, equivaleria a reduzi-los à potência de segunda categoria, causando uma redução devastadora em nosso padrão de vida. Alguns dos

fatos econômicos básicos da nossa vida nacional bastam para provar isso.

Dos setenta e sete artigos relacionados como materiais estratégicos para estocagem durante a II Guerra Mundial, trinta são produzidos na América Latina, em grande quantidade. Recebemos daquela área mais de 90% dos cristais de quartzo, dois terços do antimônio e mais de metade da bauxita, metade do berílio, um terço do chumbo e um quarto do cobre que importamos.

O zinco, o estanho, o tungstênio, o manganês, o petróleo e o minério de ferro são algumas outras matérias-primas que obtemos da América Latina. Algumas, como a bauxita, o minério de ferro, o petróleo e o manganês estão se tornando cada vez mais importantes, de ano para ano.

Cerca de um quarto de nossas exportações vão para a América Latina e um terço das importações provém da mesma. Os investimentos particulares dos Estados Unidos na América Latina atingem, atualmente, o assombroso total de 9.500.000.000 de dólares. O Export-Import Bank, instituição americana autorizou empréstimos à América Latina no total de 3.500.000.000 dólares desde o término da guerra, sendo que somente em 1958 esses empréstimos ascenderam a dólares 447.000.000. Isto é um pouquinho menos de metade do total dos seus empréstimos mundiais.

O intercâmbio comercial entre os Estados Unidos e a América Latina, nos dois sentidos, é superior a 8.000.000.000 de dólares anuais. As importâncias recebidas pelos Estados Unidos, em 1958, pelas exportações de mercadorias e serviços e pelos investimentos a longo prazo excederam a soma de 6.800.000.000 de dólares. As cifras referentes aos pagamentos efetuados pelos Estados Unidos referentes às importações de mercadorias e serviços, bem como doações e investimentos além das liquidações ou reembolsos, ascenderam a mais ou menos a mesma importância.

De passagem, cumpre recordar que obtemos da América Latina quase todo o café e a maior parte do açúcar que consumimos. Não se trata, naturalmente, de materiais rigorosamente "estratégicos", mas ninguém gostaria de passar sem eles.

O que tudo isto significa pode ser exposto simplesmente. A América Latina é a nossa mais importante área de investimento e comércio. As matérias-primas latino-americanas são essenciais à nossa existência como potência mundial. Uma América Latina amistosa é necessária à nossa segurança militar.

Estes são os fatos reais e não obstante vemos o paradoxo de a América Latina ser tida como certa, negligenciada e rebaixada para o que o Secretário Kellog classificou de "categorias da nossa diplomacia". Poderíamos dizer que o eixo de nossa política externa é dirigido mais vigorosamente para leste e oeste. Entretanto, o eixo de

ossos interesses econômicos e financeiros é orientado na direção norte para o Canadá e na direção sul para a América Latina, regiões que, muitas, pesam mais que o resto do mundo.

Se fôsse fácil formular uma política com relação à América Latina que corrigisse esta anomalia e eliminasse as causas do antiianuismo, isso já teria sido feito. Os funcionários de carreira do Serviço Exterior que trabalham no Departamento de Estado e nas Embaixadas existentes na área da América Latina, são, em sua maior parte, de uma qualidade excepcionalmente elevada. O que dificulta é o fato de que a sua faculdade de fazer política é limitada e também há sérias limitações quanto ao que os Estados Unidos podem fazer.

É bem conhecido até que ponto o Sr. Foster Dulles, quando Secretário de Estado, manteve a formulação da política sob seu controle pessoal e além do mais, a sua atenção estava voltada para outro lado. Desde Cordell Hull, não houve outro Secretário de Estado que fizesse um estudo minucioso dos negócios da América Latina. Além do mais, a escolha dos embaixadores cabe em grande parte à Casa Branca e não ao Departamento de Estado.

O Departamento sabia muito bem, no verão de 1957, que a situação cubana necessitava de um diplomata de carreira experimentado, e a primeira escolha recaiu num desses diplomatas — H. Freeman Matthews. Infelizmente para os Estados Unidos e para Cuba, ele sentiu-se obrigado a rejeitar a transferência e, também infelizmente, o Comitê Nacional Republicano desejava recompensar um "bom republicano" com um posto de embaixador.

Dessa forma, o posto coube a um homem que não possuía qualquer experiência diplomática ou conhecimento de Cuba — Earl E. Tamm. Não há dúvida de que o grau contristador de ressentimento existente hoje contra os Estados Unidos, de parte do Primeiro Ministro Fidel Castro e do povo cubano, podia ter sido evitado ou grandemente minorado por uma diplomacia hábil em Havana.

Isto evidencia uma das coisas óbvias dentre as que podem ser feitas para melhorar as relações dos Estados Unidos com a América Latina. Trata-se de escolher os embaixadores com mais cuidado e maior senso de responsabilidade.

Outra limitação óbvia, limitação do Departamento de Estado e, conseqüentemente, de política, é a divisão de poderes em nosso sistema de governo. O Departamento de Estado sabia que a imposição de quotas de importação ao chumbo e zinco provocaria dificuldades e um sentimento geral de amargor e ressentimento no México e Peru, bem como críticas em todos os cantos da América Latina. Não obstante, ele viu-se impotente para vencer o trabalho dos poderosos interessados em mineração nos corredores das duas casas do Congresso em Washington, interessados esses que foram apoiados por senadores representantes dos Estados mineiros.

Voltando ao caso de Cuba (muito embora a característica em questão se aplique a outros países), vemos que o Departamento de Estado não evitou que o Pentágono cometesse erros crassos na América Latina. É verdade que a decisão, aliás retardada, de opor um embargo à remessa de armas para o Presidente Fulgêncio Batista em março de 1958, constituiu um triunfo completo para o Departamento. Todavia, o mesmo Departamento não conseguiu induzir o Pentágono a retirar três missões militares de Cuba, do que resultou que as mesmas se encontravam em Havana quando os rebeldes de Fidel Castro a conquistaram.

Além do mais, o Departamento de Estado não pôde evitar que altas patentes americanas condecorassem e obsequiassem como anfitriões gerais cubanos odiados por seu povo, devido à crueldade e corrupção de que haviam dado provas.

Uma ligação mais perfeita entre o Pentágono e o Departamento de Estado e um contróle melhor da Casa Branca evitaria ou reduziria tais erros crassos.

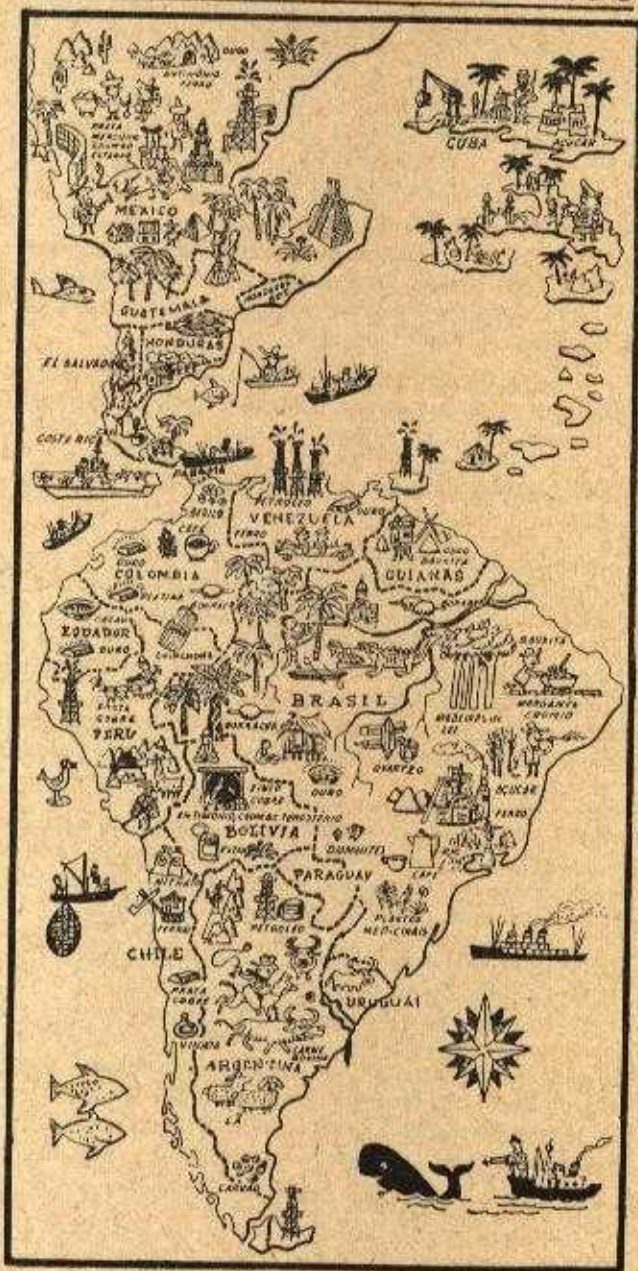
O caso especial de Cuba foi muito observado por nós — e por todo o Hemisfério — graças à visita do Primeiro Ministro cubano aos Estados Unidos. Cuba não só fornece 40% do açúcar que consumimos, mas também é o repositório de uns 800.000.000 de dólares em investimento americano. Um rápido olhar ao mapa é suficiente para mostrar a importância estratégica da Ilha, que se acha situada sobre todas as vias de acesso marítimas e aéreas dos Estados Unidos, do sul para o norte. Nossa base naval na Baía de Guantánamo é a base chave da área dos Caraíbas.

O próprio Fidel Castro é de grande importância para nós. As massas da América Latina olham-no como o campeão notável da justiça social que elas estão buscando com empenho. Como amigo dos Estados Unidos, ele poderia ser muito útil; como inimigo, muito prejudicial. Tomando Cuba como um todo, o mesmo é verdade em uma forma ampliada. Tomando a América Latina como um todo, penetramos num campo em que devemos decidir quanto à nossa existência nacional como potência maior do que a União Soviética ou mesmo comparável a ela.

As maiores queixas dos latino-americanos encontram-se no campo da economia e finanças. Existem algumas diferenças básicas de conceito além de algumas idéias exageradas, de parte dos latino-americanos, acerca do que os Estados Unidos podem fazer.

Muito embora se esteja verificando a industrialização, a região latina tem uma economia essencialmente agrária e mineira. Um número exagerado de países ainda depende irresistivelmente de um só produto, como o café, o açúcar, o cobre ou o estanho. As flutuações nos preços mundiais dos produtos podem trazer uma prosperidade temporária, como ocorreu durante a guerra da Coreia. Desde então, porém, os preços têm sido fracos, especialmente nos últimos anos, e a

POR QUE A AMÉRICA LATINA
É VITAL PARA NÓS



América Latina, considerada como um todo, acha-se em crise econômica.

Por isso, os nossos vizinhos no sul vêm-nos pedindo que os auxiliemos a estabilizar os preços das mercadorias. Eles também têm solicitado do governo dos Estados Unidos a concessão de empréstimos para fins de desenvolvimento, a fim de auxiliá-los a financiar a produção de seus recursos naturais e fomentar as utilidades públicas. Eles desejaram ainda a organização de uma instituição bancária que lhes concedesse esses empréstimos.

O Tesouro dos Estados Unidos, induzido pela ortodoxia rígida do Secretário George M. Humphrey e mais tarde — até o choque causado pela experiência de Nixon — do Secretário Robert B. Anderson, nada queria saber acerca dessas medidas. Aliás, elas foram postas de lado com pouca paciência e algum desprezo.

Desde a viagem de Nixon, descobrimos que podemos tentar auxiliar a estabilizar os preços das mercadorias, como o estamos fazendo com o café, chumbo e zinco, e que um banco de desenvolvimento é, afinal de contas, coisa viável. Já se concordou em que os Estados Unidos podem fornecer 950.000.000 de dólares, ou sejam 40% do capital desse banco.

Vem aumentando em Washington a compreensão de que a ortodoxia financeira inflexível exige demasiado de um país latino-americano subdesenvolvido que não dispõe de funcionários governamentais suficientemente experimentados, gerentes e técnicos em sua estrutura industrial, ou trabalhadores com um movimento sindical bem desenvolvido e uma filosofia de alta produtividade. Além do mais, a organização política é, usualmente, de tal forma, que exigir medidas de austeridade fortes poria em perigo ou destruiria mesmo um governo.

O que isto significa é que as diretrizes econômicas americanas devem ser melhor adaptadas às realidades da vida e da política latino-americanas, às suas fraquezas e possibilidades. Tem havido uma falta de compreensão que se encontra na raiz de uma coisa que está errada no tocante às relações Estados Unidos-América Latina.

Muito pouco dos nossos senadores e menos deputados ainda, têm qualquer interesse nos assuntos latino-americanos ou os conhecem. O Presidente Eisenhower não tem na Casa Branca, entre seus auxiliares, um só que seja especialista em assuntos da América Latina. Se tivesse, poderia ter evitado erros como o de condecorar o ditador venezuelano, General Marcos Perez Jiménez, com a Ordem do Mérito, e enviar fuzileiros americanos para postos nas Caraíbas quando pensou que a vida do Vice-Presidente Nixon se achava em perigo.

Perez Jiménez, um dos mais brutais e vorazes ditadores em toda a história latino-americana, constitui uma reminiscência de outra grande e amarga queixa latino-americana — o favoritismo dos Estados Unidos para com os ditadores.

Os dois últimos embaixadores americanos em Caracas, Fletcher Warren e Dempster McIntosh, foram amigos entusiásticos — conforme o demonstraram publicamente — de Perez Jiménez e do Chefe de Polícia, Pedro Estrada, um homem do tipo Himmler. É fora de dúvida que este fato contribuiu para a recepção hostil que Mister Nixon teve, e éle claramente indicou isso. Quando a amizade americana para com os ditadores conduz a queixas latino-americanas (e norte-americanas), os porta-vozes do Departamento de Estado, como o Secretário de Estado, como o Secretário de Estado Roy R. Rubottom Jr., contestam invariavelmente, dizendo: "Estamos presos pela política de não intervenção". A alegação é fora de propósito, porque nenhum latino-americano deseja que os Estados Unidos intervenham para depor um ditador ou mesmo lançar mão de sanções econômicas contra éle. Os latino-americanos seriam os primeiros a queixar-se.

O erro em política é a afabilidade para com os ditadores. Essa a razão pela qual Mister Nixon fez sua famosa recomendação no sentido de ser dado aos ditadores um apêrto de mão e aos democratas um abraço.

Ademais, mostrar favoritismo aos ditadores é uma forma de intervenção em seu favor. O poder dos Estados Unidos no Hemisfério tal, que o que quer que façamos ou deixemos de fazer exerce influência sobre os assuntos internos de cada país latino-americano. Por isso, a escolha não é entre intervenção e não intervenção, mas entre espécies de intervenção censuráveis ou aceitáveis.

Este é um problema nas relações diplomáticas dos Estados Unidos que evidentemente ainda não foi solucionado. Se o tivesse sido, não teríamos cometido os erros elementares de favorecer os ditadores precisamente na época em que uma onda irresistível de democracia se espalhava sobre o Hemisfério.

Os problemas são formidáveis e complexos. A diplomacia, tal como a política, é uma arte e não uma ciência. Cada latino-americano, por exemplo, frisa o fato de que, de parte dos Estados Unidos, é necessário que haja mais compreensão, simpatia e paciência. Essas qualidades estão na esfera do espírito e não dos dólares, mercadorias ou armas. A psicologia, o caráter e temperamento, as tradições e costumes, a religião, na maioria dos casos, a atitude geral para com a vida e o governo são diferentes dos nossos equivalentes.

Os esforços em todos os sentidos para melhorar as relações entre os Estados Unidos e a América Latina devem ser mútuos. Sendo nós, porém, mais fortes, mais ricos e constituindo um só país, e ela fraca, pobre e dividida em vinte partes, temos as maiores oportunidades e responsabilidades. Também temos de adaptar nossas diretrizes mais realisticamente ao fato básico de que a América Latina é de importância imensa para nós.

(Condensado do "New York Times Magazine")